



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2015 e 31/12/2014

BALANÇO PATRIMONIAL

A T I V O

Em Reais

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	26.043.972,32	20.100.912,85
Disponibilidades	417.807,90	481.658,78
Disponibilidades	417.807,90	481.658,78
Títulos e Valores Mobiliários	3.417.706,14	1.307.168,05
Títulos de Renda Fixa	3.417.706,14	1.307.168,05
Relações Interfinanceiras	2.955.310,67	2.936.876,63
Centralização Financeira - Cooperativas	2.955.310,67	2.936.876,63
Operações de Crédito	17.788.975,14	14.206.591,11
Operações de Crédito	18.995.804,12	15.461.533,43
(-) Provisão Operações Crédito Liq. Duvidosa	(1.206.828,98)	(1.254.942,32)
Outros Créditos	486.988,59	254.551,12
Rendas a Receber	41.153,24	24.045,58
Avais e Fianças Honrados	48.609,27	0,00
Diversos	525.364,72	302.425,32
(-) Provisão Outros Crédito Liq. Duvidosa	(128.138,64)	(71.919,78)
Outros Valores e Bens	977.183,88	914.067,16
Outros Valores e Bens	889.179,61	763.373,15
Despesas Antecipadas	88.004,27	150.694,01
Não Circulante	26.743.122,09	25.007.113,32
Realizável a Longo Prazo	25.232.471,78	23.649.256,66
Títulos e Valores Mobiliários	9.841.103,97	9.074.545,65
Títulos de Renda Fixa	9.841.103,97	9.074.545,65
Operações de Crédito	15.391.367,81	14.574.711,01
Operações de Crédito	15.391.367,81	14.574.711,01
Investimentos	789.872,50	591.935,50
Outros Investimentos	789.072,00	591.135,00
Outros	800,50	800,50
Imobilizado de Uso	681.255,76	719.541,53
Imóveis de uso	60.000,00	60.000,00
Outras Imobilizações de Uso	1.146.654,42	1.050.840,23
(-) Depreciações Acumuladas	(525.398,66)	(391.298,70)
Diferido	33.561,53	38.118,35
Gastos de Organização e Expansão	94.708,61	94.708,61
(-) Amortização Acumulada	(61.147,08)	(56.590,26)
Intangível	5.960,52	8.261,28
Direitos de Uso	11.500,00	11.500,00
(-) Amortização Acumulada	(5.539,48)	(3.238,72)
Total do Ativo:	52.787.094,41	45.108.026,17



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2015 e 31/12/2014

BALANÇO PATRIMONIAL

P A S S I V O

Descrição	Em Reais	
	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	36.212.812,23	30.161.609,43
Depósitos	33.956.394,78	27.461.995,07
Depósitos a Vista	8.874.989,16	7.737.463,64
Depósitos a Prazo	25.081.405,62	19.724.531,43
Relações Interfinanceiras	1.228.828,38	1.661.130,43
Repasse Interfinanceiros	1.228.828,37	1.661.130,43
Correspondente	0,01	0,00
Relações Interdependências	0,00	980,82
Recursos em Trânsito	0,00	980,82
Obrigações Por Empréstimos	175.336,09	97.928,81
Empréstimos no País - Outras Instituições	175.336,09	97.928,81
Obrigações Por Repasses do País	27.056,37	195.093,89
Outras Instituições	27.056,37	195.093,89
Outras Obrigações	825.196,61	744.480,41
Cobrança e Arrecadação De Trib. e Assemelhados	6.967,76	4.573,80
Sociais e Estatutárias	77.981,85	86.807,47
Fiscais e Previdenciárias	72.871,02	74.160,63
Diversas	667.375,98	578.938,51
Não Circulante	10.261.651,04	9.685.939,14
Exigível a Longo Prazo	10.261.651,04	9.685.939,14
Depósitos	0,00	779.758,24
Depósitos a Prazo	0,00	779.758,24
Relações Interfinanceiras	9.718.372,80	8.320.255,57
Repasse Interfinanceiros	9.718.372,80	8.320.255,57
Obrigações Por Empréstimos	489.954,10	506.337,10
Empréstimos no País - Outras Instituições	489.954,10	506.337,10
Obrigações Por Repasses do País	53.324,14	79.588,23
Outras Instituições	53.324,14	79.588,23
Patrimônio Líquido	6.312.631,14	5.260.477,60
Capital Social	4.423.209,64	3.923.985,31
Capital de Domiciliados	4.988.474,21	4.338.546,92
(Capital a Realizar)	(565.264,57)	(414.561,61)
Reserva de Sobras	1.569.304,59	569.497,61
Reserva Legal	661.087,09	515.579,40
Outras	908.217,50	53.918,21
Sobras a Disposição da Assembleia	320.116,91	766.994,68
Sobras a Disposição da Assembleia no Ano	320.116,91	766.994,68
Total do Passivo:	52.787.094,41	45.108.026,17

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Técnica em Contabilidade
CRC-MG-071309/O-3-T-SC

-2-



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2015 e 31/12/2014

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

Em Reais

Descrição	2 Semestre 2015	31/12/2015	31/12/2014
1. Receitas de Intermediação Financeira	4.429.178,04	8.076.747,30	6.793.214,25
(+) Rendas Operações de Crédito	3.524.806,16	6.344.301,70	5.621.303,70
(+) Resultado Operações Títulos Valore Mobiliários	904.371,88	1.732.445,60	1.171.910,55
2. Despesas de Intermediação Financeiras	(2.212.868,65)	(3.940.950,89)	(3.893.702,06)
(-) Operações de Captação no Mercado	(1.649.222,06)	(3.001.176,27)	(1.998.161,10)
(-) Operações de Empréstimo e Repasse	(272.714,19)	(519.792,28)	(617.077,77)
(-) Provisão de Credito de liquidação Duvidosa	(290.932,40)	(419.982,34)	(1.278.463,19)
3. Resultado Bruto da Intermediação Financ (1+2)	2.216.309,39	4.135.796,41	2.899.512,19
4. Outras Receitas / Despesas Operacionais	(1.837.162,58)	(3.463.923,73)	(2.448.923,75)
(+) Receitas de Prestação de Serviços	269.626,16	547.550,05	462.297,32
(+) Rendas de Tarifas Bancárias	659.896,34	1.203.820,64	1.060.199,53
(+) Outras Receitas Operacionais	172.409,32	272.539,92	612.096,79
(-) Despesas de Pessoal	(1.274.940,35)	(2.286.565,84)	(1.901.646,07)
(-) Outras Despesas Administrativas	(1.471.297,64)	(2.839.131,79)	(2.402.294,37)
(-) Despesas Tributárias	(19.833,52)	(44.586,21)	(41.901,16)
(-) Outras Despesas Operacionais	(173.022,89)	(317.550,50)	(237.675,79)
5. Resultado Operacional (3+4)	379.146,81	671.872,68	450.588,44
6. Outros Resultados	25.362,71	(21.332,07)	14.824,51
7. Resultado Antes da Tribut. Sobre Lucro (5+6)	404.509,52	650.540,61	465.412,95
Resultado com Associados	404.509,52	582.030,75	359.454,76
Resultado com Não Associados	0,00	68.509,86	100.909,70
Outros Resultados	0,00	0,00	5.048,49
8. Imposto De Renda e Contribuição Social	(21.469,69)	(21.469,69)	(32.203,72)
Provisão para Imposto de Renda	(9.869,26)	(9.869,26)	(15.775,12)
Provisão para Contribuição Social	(11.600,43)	(11.600,43)	(16.428,60)
9. Resultado Depois Trib. S/Lucro (7+8)	383.039,83	629.070,92	433.209,23
Resultado com Associados	0,00	582.030,75	359.454,76
Resultado com Não Associados	0,00	47.040,17	68.705,98
Outros Resultados	0,00	0,00	5.048,49
10. Sobras Líquidas do Período (9)	383.039,83	629.070,92	433.209,23

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Técnica em Contabilidade
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2015 e 31/12/2014

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras a Disposição da AGO	Em Reais
		Legal	Fundo de Estabilidade		Total
SALDO EM 31/12/2013	2.387.784,27	420.667,22	606.886,26	525.556,67	3.940.894,42
MUTAÇÕES EM 2014	1.536.201,04	94.912,18	(552.968,05)	241.438,01	1.319.583,18
Integralização de Capital	1.098.950,25	0,00	0,00	0,00	1.098.950,25
Devolução de Capital	(88.305,88)	0,00	0,00	0,00	(88.305,88)
Incorporação das Sobras	525.556,67	0,00	0,00	(525.556,67)	0,00
Reversão de Reserva	0,00	0,00	(37.591,70)	0,00	(37.591,70)
Reversão Conforme Instrução BACEN	0,00	0,00	(569.294,56)	569.294,56	0,00
Resultado Cooperado	0,00	0,00	0,00	359.454,76	359.454,76
Resultado Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	68.705,98	68.705,98
Outros Resultados	0,00	0,00	0,00	5.048,49	5.048,49
Destinações	0,00	89.863,69	53.918,21	(143.781,90)	0,00
Destinação Outros Resultados	0,00	5.048,49	0,00	(5.048,49)	0,00
Fates Ato Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	(68.705,98)	(68.705,98)
Fates Ato Cooperado	0,00	0,00	0,00	(17.972,74)	(17.972,74)
SALDO EM 31/12/2014	3.923.985,31	515.579,40	53.918,21	766.994,68	5.260.477,60
MUTAÇÕES EM 2015	499.224,33	145.507,69	854.299,29	(446.877,77)	1.052.153,54
Integralização de Capital	734.167,32	0,00	0,00	0,00	734.167,32
Devolução de Capital	(234.942,99)	0,00	0,00	0,00	(234.942,99)
Incorporação das Sobras	0,00	0,00	766.994,68	(766.994,68)	0,00
Resultado Cooperado	0,00	0,00	0,00	582.030,75	582.030,75
Resultado Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	47.040,17	47.040,17
Destinações	0,00	145.507,69	87.304,61	(232.812,30)	0,00
Fates Ato Não Cooperado	0,00	0,00	0,00	(47.040,17)	(47.040,17)
Fates Ato Cooperado	0,00	0,00	0,00	(29.101,54)	(29.101,54)
SALDO EM 31/12/2015	4.423.209,64	661.087,09	908.217,50	320.116,91	6.312.631,14

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Técnica em Contabilidade
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2015 e 31/12/2014

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA

Descrição	Em Reais	
	31/12/2015	31/12/2014
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	650.540,61	465.412,95
Resultado do Exercício	650.540,61	465.412,95
2 - Ajuste Por	(1.877.219,62)	(707.381,65)
Depreciação / Amortização	140.957,54	142.449,33
(Aumento) ou Diminuição dos Tit. e Valores Mobil. Acima 90 Dias	(3.117.958,99)	(2.265.368,17)
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Créditos	(4.399.040,83)	(5.975.087,75)
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	(232.437,47)	(132.940,41)
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	(63.116,72)	(723.403,70)
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	5.714.641,47	8.399.369,56
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interdependentes	(980,82)	(737,04)
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	80.716,20	(151.663,47)
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	(1.226.679,01)	(241.968,70)
4 - Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	(21.469,69)	(32.203,72)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(21.469,69)	(32.203,72)
5 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (3+4)	(1.248.148,70)	(274.172,42)
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	129.331,43	382.996,62
Investimentos	(197.937,00)	(194.472,00)
Ativo Imobilizado / Diferido	(95.814,19)	(308.905,33)
Integralização de Capital	734.167,32	1.098.950,25
Fates	(47.040,17)	(68.705,98)
Fates Não Associados	(29.101,54)	(17.972,74)
Devolução de Capital	(234.942,99)	(88.305,88)
Reversão de Reserva	0,00	(37.591,70)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	832.537,85	940.133,53
(Diminuição) ou Aumento em Relações Interfinanceiras	965.815,18	1.709.521,12
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	61.024,28	(1.044.069,71)
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações por Repasses no País	(194.301,61)	274.682,12
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	(286.279,42)	1.048.957,73
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	(286.279,42)	1.048.957,73
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	3.677.066,91	2.628.109,18
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	3.390.787,49	3.677.066,91

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Técnica em Contabilidade
CRC-MG-071309/O-3-T-SC



**NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O PERÍODO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

NOTA 01 – DA COOPERATIVA E SEUS OBJETIVOS

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA**, instituição financeira não bancária, de direito privado, regida pela legislação do Sistema Cooperativo do Brasil, Lei 5.764/71, Lei 4.595/64 que criou o Sistema Financeiro e Resolução 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional. Têm por objetivo propiciar, através da mutualidade, a assistência financeira e prestação de serviços, tipicamente bancários, aos associados.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo nº 5.764/71, a Lei Complementar 130/09, normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas são apropriadas mensalmente, pelo regime de competência, em cumprimento a normas de contabilidade e normas do BACEN.

b) Operações Ativas e Passivas

As operações Ativas e Passivas com encargos pós-fixados são registradas pelo valor principal, com acréscimo dos respectivos encargos pactuado inclusive atualização monetária, observada a periodicidade da capitalização contratual. Aqueles com encargo financeiro prefixado estão registrados a valor futuro, retificado por contas de rendas a apropriar ou despesas a apropriar, em contas de subgrupos internos em conformidade ao previsto no COSIF 1.1.10.6.

c) Provisão Para Operações de Crédito

Foi constituída com base nos parâmetros das Resoluções 2.682/99, levando-se em consideração o risco da operação, com base nos critérios de consistência, realizações e informações internas e externas.

d) Ativo Imobilizado

Estão demonstrados ao custo de aquisição e corrigidos monetariamente até 31/12/1995, conforme estabelece Lei 9.249/95, deduzido conforme o caso as provisões para perdas nos investimentos e depreciação/amortização para os imobilizados e diferidos.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado, levando em conta as seguintes taxas anuais:

* Instalações, móveis e equipamentos de uso	- 10% a.a
* Sistema de transporte e equipamentos de Proc.de Dados	- 20% a.a



NOTA 03 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários são avaliados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável.

Em Reais

Tipo de Aplicação	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Títulos de Renda Fixa	3.417.706,14	9.841.103,97	13.258.810,11
Totais	3.417.706,14	9.841.103,97	13.258.810,11

NOTA 04 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Atendendo ao estabelecido na Circular 3.238/04 do Bacen, foi contabilizado no subgrupo Centralização Financeira – Cooperativas, do grupo relações interfinanceiras, referente à disponibilidade financeira da cooperativa, proveniente do saldo mantido em conta de depósito junto a Cooperativa Central de Crédito de Santa Catarina.

Em Reais

Tipo de Aplicação	Total
Centralização Financeira – Cooperativas	2.955.310,67
Total	2.955.310,67

NOTA 05 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Por Atividade Econômica:

Em Reais

Tipo de Atividade	Total
Pessoa Física	21.478.839,82
Serviços	8.705.093,07
Comércio	4.105.347,52
Indústria	97.891,52
TOTAL	34.387.171,93

b) Por Vencimento:

Em Reais

Prazos	Operações de Crédito
Vencidas	555.428,15
A Vencer até 180 dias	4.458.977,52
A Vencer de 181 à 360 dias	13.981.398,45
A Vencer acima 360 dias	15.391.367,81
Total	34.387.171,93

c) Oscilação do Prejuízo:

Em Reais

Tipo	Valor
Levados à Prejuízos no Ano	355.094,18
Recuperados de Prejuízos	(127.084,02)
Saldo do Ano	228.010,16



NOTA 06 – PROVISÕES PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO

De conformidade com as Resoluções nº 2.682/99 e 2.697/00, está sendo procedida a Provisão para operações de Créditos, observado os aspectos definidos para dimensionamento do volume necessário de provisão. Na forma que estabelece o citado instrumento, a seguir demonstramos o volume de recursos, conforme nível de risco.

Em Reais

Nível de Provisão	Operações Normais	Atraso até 14 Dias	Atraso Igual ou Superior a 15 Dias	Total de Operações	Provisão
AA	1.374.257,24	2.491,57	0,00	1.376.748,81	0,00
A	20.787.328,32	31.247,97	0,00	20.818.576,29	(104.093,10)
B	9.353.452,62	18.909,45	56.879,70	9.429.241,77	(94.292,42)
C	860.540,13	14.483,53	81.264,04	956.287,70	(28.688,63)
D	176.145,22	193,79	68.011,41	244.350,42	(24.435,04)
E	242.308,53	10.205,39	31.920,77	284.434,69	(85.330,41)
F	739.164,03	1.242,65	68.491,61	808.898,29	(404.449,15)
G	5.864,57	0,00	4.447,85	10.312,42	(7.218,69)
H	292.683,12	32.788,38	132.850,04	458.321,54	(458.321,54)
TOTAL	33.831.743,78	111.562,73	443.865,42	34.387.171,93	(1.206.828,98)

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS

Em Reais

Descrição	TOTAL
Avais e Fianças Honrados	48.609,27
· Créditos por Avais e Fianças Honrados	48.609,27
Rendas a Receber	41.153,24
· Serviços Prestados a Receber	18.969,02
· Outras Rendas a Receber	22.184,22
Diversos	525.364,72
· Adiantamentos e Antecipações	25.862,08
· Adiantamentos de Nossa Conta	15.127,00
· Devedores por Compra de Valores e Bens	288.005,57
· Impostos e Contribuições a Compensar	5.206,23
· Títulos e Créditos a Receber	83.173,56
· Devedores Diversos - País	107.990,28
Provisão Para Outros Créditos	(128.138,64)
· (-) Provisão Para Outros Créditos	(128.138,64)
Total	486.988,59



NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

Em Reais

Descrição	TOTAL
Outros Valores e Bens	889.179,61
· Imóveis	836.774,94
· Veículos e Afins	15.000,00
· Almoxarifado	37.404,67
Diversos	88.004,27
· Prêmios de Seguros	14.257,33
· Aluguéis	9.000,00
· Manutenção e Conservação	31.900,85
· Vale Refeição e Alimentação	28.107,13
· Outros	4.738,96
Total	977.183,88

NOTA 09 - INVESTIMENTOS

Em Reais

Investida	Tipo	Quantidade	Valor Atual Investido	% No Capital da Investida
Sicoob Central – SC	Cotas Partes	263.024	789.072,00	0,4171%
Outras			800,50	
Total			789.872,50	

NOTA 10 - IMOBILIZADO DE USO

Em Reais

Discriminação	Valor Acumulado	Depreciação Acumulada	Residual
Terrenos	60.000,00	0,00	60.000,00
Instalações	90.408,02	(15.094,79)	75.313,23
Móveis e Equipamentos	275.732,82	(106.210,89)	169.521,93
Sistema de Comunicação	29.787,14	(14.156,64)	15.630,50
Processamento de Dados	471.467,15	(251.907,33)	219.559,82
Sistema de Segurança	87.661,44	(43.756,08)	43.905,36
Sistema de Transportes	191.597,85	(94.272,93)	97.324,92
Total	1.206.654,42	(525.398,66)	681.255,76

NOTA 11 - DIFERIDO

Em Reais

Discriminação	Valor Acumulado	Amortização Acumulada	Residual
Benfeitorias	22.506,81	(21.110,85)	1.395,96
Programas de Computador	10.367,07	(10.367,07)	0,00
Instalações e Adaptações	61.834,73	(29.669,16)	32.165,57
Total	94.708,61	(61.147,08)	33.561,53



NOTA 12 – REPASSES INTERFINANCEIROS

Compostas, substancialmente, por recursos captados em outras Instituições Financeiras, repassando aos associados, sujeitos á correção de encargos como segue:

Instituições	Finalidade	Vencimento	Valor		Total
			Curto Prazo	Longo Prazo	
Bancoob	Repasso	Diversos	1.228.828,37	9.718.372,80	10.947.201,17
Total			1.228.828,37	9.718.372,80	10.947.201,17

As obrigações são atualizadas com variações de juros entre 2,00% a.a até 8,75% a.a.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Compostas, substancialmente, por recursos captados em outras Instituições Financeiras, repassando aos associados, sujeitos á correção de encargos como segue:

a) Empréstimos e repasse:

Instituições	Finalidade	Vencimento	Valor		Total
			Curto Prazo	Longo Prazo	
Sicoob Central	Giro	Diversos	175.336,09	489.954,10	665.290,19
HSBC	Giro	Diversos	27.056,37	53.324,14	80.380,51
Total			202.392,46	543.278,24	745.670,70

As obrigações são atualizadas com variações de juros entre 0,08% a.m mais TR até 6,50% a.a.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	TOTAL
Cobrança e Arrec. de Tributos e Assemelhados	6.967,76
Sociais e Estatutárias	77.981,85
Fiscais e Previdenciárias	72.871,02
Diversos	667.375,98
· Obrigação Por Aquisição de Bens e Direitos	1.896,38
· Obrigação Prestação de Serviço	94.619,64
· Despesas de Pessoal	169.321,40
· Outras Despesas Administrativas	223.953,61
· Outros Pagamentos	55.143,80
· Provisões Passivas Contingentes	56.561,03
· Credores Diversos – País	65.880,12
Total	825.196,61

NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social está representado pela participação de 5.309 (cinco mil, trezentos e nove) associados, atingindo o montante de R\$ 4.423.209,64 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e três mil duzentos e nove reais e sessenta e quatro centavos).

b) Das Reservas

b.1) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Constituído de acordo com o previsto em regulamento próprio, o fundo de estabilidade financeira, tem como objetivo suprir eventuais obrigações financeiras no caso de perda de receitas. Está contabilizado no subgrupo "Outras" do grupo "Reservas Estatutárias", o valor de R\$ 908.217,50 (novecentos e oito mil, duzentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

b.2) Fundo de Reserva Legal

Constituído de acordo com o previsto na Lei 5.764/71 e no Estatuto Social. Está contabilizado no subgrupo "Reserva Legal" do grupo "Reserva de Sobras", o valor de R\$ 661.087,09 (seiscentos e sessenta e um mil, oitenta e sete reais e nove centavos).

c) Do Resultado do Exercício

Em Reais	
Descrição	Valor
Resultado Depois da Tributação Sobre Lucro	629.070,92
Resultado com Associados	582.030,75
Resultado com Não Associados	47.040,17
Destinações Estatutárias	(308.954,01)
(-) Fates Resultado com Não Associados	(47.040,17)
(-) Fates Resultado com Associados	(29.101,54)
(-) Reserva Legal	(145.507,69)
(-) Fundo de Estabilidade Financeira FEF	(87.304,61)
Sobras a Disposição da AGO	320.116,91

NOTA 16 – DA TRIBUTAÇÃO DOS RESULTADOS

a) Com Atos Cooperativos

Sendo nosso objetivo social regulamentado pela Lei 5.764/71, e possuímos operações, ativas e passivas somente com associados, procedemos aos cálculos de tributação de Imposto e Contribuição, conforme prevê o artigo 182 do Decreto 3.000/99 – Regulamento do Imposto de Renda – RIR e artigo 30 da Lei 11.051/04 – PIS e COFINS.

b) Com Atos Não Cooperativos

As receitas apuradas com prestação de serviços a não associados, prevista no artigo 86 da Lei 5.764/71, estão sendo tributadas conforme determina o artigo 183 do Decreto 3.000/99 e Lei 8.212/91.

NOTA 17 – PASSIVOS CONTINGENTES

Na avaliação das obrigações da possibilidade de perda dos casos, classificamos, com base na posição fornecida pelo setor jurídico da entidade, em prováveis, possíveis ou remotas.

Perdas Prováveis são reconhecidas na contabilidade quando são extremamente duvidosas que a empresa venha a ter êxito em anular a obrigação.

Perdas Possíveis são divulgadas em nota explicativas quando há a possibilidade de ocorrer, entretanto os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que



permitam concluir que a tendência será perda ou ganho no processo.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em 31/12/2015, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Tipo da ação	Situação Resumida	Prognóstico	
		Provável	Possível
		Valor em Reais	Valor em Reais
Ação Indenizatória	Conclusos para decisão interlocutória, considerada possível de perda pela Cooperativa.		Não Mensurável
Totais			

A Cooperativa manteve o complemento da provisão para Garantias Prestadas, no valor de R\$ 56.561,03 (cinquenta e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e três centavos) julgados suficientes à cobertura de eventuais desembolsos.

NOTA 18 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos das famílias de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Em 2015 foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Descrição	2015					
	Operações de Crédito	%	Depósitos	%	Capital Social	%
Conselho de Administração e Diretoria	340.015,65	1,02%	2.084.532,30	6,14%	123.125,67	2,78%
Conselho Fiscal	176.544,47	0,53%	40.792,48	0,12%	17.705,79	0,40%
TOTAL	516.560,12	1,56%	2.125.324,78	6,26%	140.831,46	3,18%



NOTA 19 – RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB

a) Risco Operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

b) Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.



c) **Risco de Mercado e de Liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA**, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA**, possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição de risco de mercado da entidade.

NOTA 20 – RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB.

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.



Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

NOTA 21 – RESUMO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO SOCIOAMBIENTAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB.

O gerenciamento de risco socioambiental da Cooperativa de **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, potencializar os resultados econômicos, sociais e ambientais para o negócio, assim como minimizar os riscos e impactos negativos à reputação da cooperativa no exercício de suas atividades e na relação com seus públicos estratégicos.

Conforme preceitua a Resolução CMN nº 4.327/2014, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO PLANALTO SUL – SICOOB/SC CREDISSERRANA** aderiu à proposta de gerenciamento dos riscos socioambientais inerentes às atividades realizadas, a qual encontra-se evidenciada na política de sustentabilidade aprovada pelo Conselho de Administração da Central SC/RS, disponível no sítio www.sicoobsc.com.br

Sob uma estrutura de comitê de sustentabilidade e estratégia, os temas relacionados à sustentabilidade são trabalhados e repassados às cooperativas para implantação e gerenciamento.

Compete ao responsável local na cooperativa Singular o monitoramento dos temas relevantes através de um sistema-padrão desenvolvido para avaliar a aderência da gestão às práticas comprometidas com a sustentabilidade, sendo realizado um monitoramento externo das respostas fornecidas, e emitidas recomendações para o aprimoramento nas práticas.

Os resultados alcançados no sistema de monitoramento, são base para reavaliação das práticas, e tratativas através do comitê de sustentabilidade e estratégia, sendo as ações propostas validadas pelo Conselho de Administração da Central SC/RS e direcionadas às cooperativas para implantação, favorecendo o ajuste constante às demandas socioambientais e boas práticas de mercado, no segmento em que a cooperativa atua.

Lages (SC), 31 de dezembro de 2015.

Cândido Lucas Costa
Presidente

Camila Erika Nicolau
Técnica em Contabilidade
CRC-MG-071309/O-3-T-SC